

FÓRUM GOIANO

DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

IV ENCONTRO ESTADUAL DO FÓRUM GOIANO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Senhor (a),

Os mais de trezentos participantes, reunidos no IV Encontro Estadual do Fórum Goiano de Educação de Jovens e Adultos, em Goiânia/GO, no período de 06 e 07 de maio de 2005, no Centro Pastoral Dom Fernando, apresentam as deliberações construídas e aprovadas em plenária.

Para os participantes, a aprendizagem deve estar voltada às especificidades dos alunos, desenvolvendo metodologias próprias para as suas necessidades, atentando-se para sua formação social, ética e política, principalmente quanto ao resgate da cidadania. As políticas de diversidade alteram a ordem dos processos de exclusão, privilegiando o ser humano na sua integralidade, priorizando as diferentes gerações, com ênfase nas juventudes e suas singularidades, nas condições de ser trabalhador, nas questões de gênero, de raça, etnia, diversidade sexual e religiosa, e de respeito à diversidade cultural, entre outros.

Existem no Brasil 16,3 milhões de analfabetos absolutos com quinze anos de idade ou mais, segundo o Censo do IBGE/2000, e 68 milhões com menos de oito anos de escolaridade, sendo que as mulheres são ainda a maioria (52%). Eis a necessidade da discussão das *“POLÍTICAS PÚBLICAS E DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PAPEL DO PODER PÚBLICO E DA SOCIEDADE CIVIL”*, tema do IV Encontro desse Fórum.

Destacou-se nas discussões o grande papel do poder público a quem compete ser articulador, indutor e implementador de políticas públicas, cabendo ao Ministério da Educação coordenar a política de Educação de Jovens e Adultos, através de parceria entre as três esferas de poder, bem como com a sociedade civil, para garantir o direito à Educação Básica em qualquer idade, respeitando a autonomia que o pacto federativo concede às instâncias municipal e estadual de governo.

Políticas públicas aqui tratadas como atividades ou conjunto de ações, programas/projetos imputados ao Estado¹ moderno capitalista ou que dele emanam, de caráter social, entre elas as direcionadas à educação, e em especial à EJA, advindas do Estado. Políticas públicas que deveriam partir de demandas, serem contínuas, articuladas entre si (perpassando, entre outros aspectos, desde a formação inicial e continuada dos profissionais que atuam na EJA; financiamento; concepções e princípios norteadores do fazer pedagógico; currículo; elaboração, aquisição e (re) produção de materiais didáticos adequados à EJA; infra-estrutura — salas, bibliotecas, multimeios, laboratórios —; merenda adequada às necessidades do jovem e adulto trabalhador, atendimento oftalmológico), indo além de políticas de governo. Ou seja, ações que efetivamente provocassem rupturas com padrões tradicionais da cultura política administrativa de fragmentação, competição interburocrática, descontinuidade administrativa, que partissem da oferta e não da demanda e a existência de uma clara clivagem entre a formulação/decisão e a implantação de projetos/programas e/ou ações.

Os participantes do IV Encontro do Fórum Goiano de EJA apontaram que, no seio da correlação de forças nas lutas empreendidas, os direitos educativos formais da população jovem e adulta, pós 1985, têm se alargado. Entretanto, enquanto políticas educacionais, este segmento populacional, com algumas exceções, ainda se apresenta incluído precária e marginalmente, num campo particularmente vulnerável à redefinição dos papéis do Estado e das organizações sociais, das fronteiras entre a responsabilidade pública e privada, entre as políticas sociais compensatórias e a filantropia.

A fala proferida pelo Doutor Timothy Dênis Ireland, Diretor de Educação do MEC, na conferência de abertura deste encontro, apontou para a questão da dívida histórica do poder público para com a educação de jovens

¹ Estado que institui-se enquanto expressão das forças contraditórias das relações de produção das classes sociais que se instalam na sociedade civil e delas é parte essencial, cujas origens nelas se prendem e são elas que, em última instância, historicamente constituem, delimitam e determinam suas ações. Estado que, impossibilitado de superar as contradições que são constitutivas da sociedade — e dele próprio — busca administrá-las, mantendo-as sob controle, numa correlação de forças mediatizadas pelas lutas, pressões e conflitos entre elas.

e adultos, buscando efetivar compromissos de democratização dos sistemas de ensino e criar instrumentos que garantam educação para todos. Tal atuação do poder público precisa ter como eixos organizadores a educação continuada com escolarização formal e educação para toda vida; a alfabetização como prioridade política e com foco na cidadania e diversidade étnica, racial, cultural, de gênero, social, ambiental e regional, numa abordagem sistêmica, de natureza transdisciplinar e transversal, sendo fundamental que a alfabetização esteja articulada com a continuidade da escolarização de jovens e adultos. Destacou, ainda, a importância da inclusão de todos os interessados, buscando a igualdade de oportunidades e acesso à Educação de Jovens e Adultos. Outro aspecto salientado pelo professor Timothy e reafirmado nos grupos de trabalho (GT's) é que a EJA não se restringe à alfabetização, sendo fundamental compreendê-la enquanto processo educativo mais amplo, exigindo-se a continuidade da escolarização nos vários níveis (fundamental, médio e superior) enquanto um direito público subjetivo.

As discussões do IV Encontro Estadual do Fórum Goiano de EJA apontaram para uma diversidade de conceitos, princípios e concepções de alfabetização e EJA que norteiam, entre outros aspectos, desde a forma de organização de cursos, programas e projetos; o trabalho pedagógico empreendido; a formação inicial e continuada; a organização, aquisição, publicação e utilização de materiais didáticos e a inclusão social.

Apesar de se proclamar que os princípios freireanos e histórico-críticos pautados no diálogo, no conhecimento e análise da realidade com vistas à transformação social, orientar as práticas empreendidas na maioria dos municípios, há ainda trabalhos que não conseguem concretizar estes princípios caindo numa perspectiva tradicional, conteudista e acrítica da realidade, além de um aligeiramento na condução dos saberes sistematizados, que se faz necessário dominar.

A esse respeito uma das principais questões a serem enfrentadas na EJA diz respeito à concepção de suplência, alterada pela LDB, que define a EJA como modalidade da educação básica e reconceitualizada pelo Parecer no. 011/2000, do Conselho Nacional de Educação. A EJA ainda resiste como suplência — uma cultura de aligeiramento — mesmo que não utilize esta nomenclatura, em dezenas de secretarias municipais de educação espalhadas pelo Estado de Goiás. Quarenta e três municípios aderiram a proposta de EJA semestral (Resolução 130), presencial ou semi-presencial. A Secretaria de Estado da Educação de Goiás, apresentou também uma proposta semestral alternativa de organização modularizada. A exceção a estas formas de organização é a empreendida como curso de ensino fundamental seriado regular (200 dias letivos e 800h) ou ainda propostas alternativas, regulamentadas através de projetos aprovados pelo Conselho Municipal de Educação de Goiânia, com a carga horária anual de 600 (seiscentas) horas presenciais e 200 (duzentas) horas complementares de 1ª a 4ª séries, perfazendo três horas diárias de aulas e duzentos dias letivos. E de 5ª a 8ª séries, com a carga horária de 700 (setecentas) horas presenciais e 100 (cem) horas complementares, perfazendo três horas e meia de aula/dia. Há ainda uma forma de organização alternativa da Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos de Goiânia (EAJA), de 5ª a 8ª séries para atendimento da escolarização de jovens e adultos no diurno, enquanto uma extensão de uma escola, podendo funcionar no espaço escolar ou em outros espaços.

Outro aspecto a destacar refere-se aos princípios da Educação Popular que se fazem necessário à EJA, no que tange à flexibilidade, compromisso com o educando e a comunidade em que atua, acolhimento e linguagem acessível aos educandos. O quadro da EJA apresentado em Goiás é de que a resposta pública organizada de programas em nível de alfabetização ainda não garante o direito, previsto constitucionalmente para todos, independentemente da idade, apesar dos esforços já empreendidos, havendo inclusive municípios que ainda não têm programas de alfabetização/EJA implementados. Alguns, por falta de vontade política e/ou financiamento. Contudo para grande parte dos participantes deste Encontro, a alfabetização é assumida como etapa inicial de um processo mais amplo, em que a garantia da escolarização em nível fundamental faz-se pela continuidade, para que se cumpra o direito de todos.

Continuidade que para se efetivar necessita ser acompanhada da discussão e proposição sobre as políticas de financiamento da educação, cujos recursos devem advir de uma melhor distribuição e empenho no âmbito das esferas governamentais (Municipal, Estadual e Federal) e não-governamentais. Faz-se necessário também um maior controle e fiscalização por parte das Secretarias de Educação dos recursos por elas recebidos, gerenciando os seus recursos, criando-se fundos com esta finalidade, garantindo que os percentuais do artigo 212 da Constituição Federal sejam aplicados efetivamente na educação e, em especial, na EJA.

Relevante ainda na definição das políticas públicas é a formação inicial e continuada de educadores, pelo indispensável papel que exercem no desenvolvimento de práticas pedagógicas mais conseqüentes com os fundamentos dos processos de aprender a ler e a escrever. As concepções dos educadores sobre o que é alfabetizar podem significar um diferencial positivo tanto nessas práticas, quanto no desenvolvimento dos programas.

No âmbito de propostas escolares e não-escolares, deve-se observar a perspectiva da EJA como educação continuada, que envolve o aprender ao longo da vida, estimulando o desenvolvimento de projetos que incluam educacional, cultural, e socialmente os jovens e adultos como sujeitos da cidadania.

Para transformar currículos, tempos, espaços, métodos e tecnologias de informação e comunicação multimídia é necessário o envolvimento coletivo e a busca de articulação intersetorial das instituições que conformam a esfera pública. Considerando-se a especificidade dos alunos da EJA e as possibilidades sinalizadas na legislação, encontra-se um campo repleto de desafios, inaugurando inovações educacionais próprias do âmbito dessa modalidade educativa, conforme apontava Paulo Freire.

O fazer pedagógico significativo, tendo como matriz teórica a concepção libertadora de educação, levando em conta o contexto vivenciado pelos educadores, educandos e comunidade, autores e protagonistas da construção dos processos pedagógicos, pautados em princípios de cidadania, diálogo, compromisso ético-moral, articulando a relação entre os processos educativos e a transformação social é fundamental. Rever horários, currículos que aprisionam e excluem os sujeitos do ato educativo e do conhecimento e análise da sua realidade para nela intervir, não incorporando sua diversidade é tarefa emergencial que não se faz por lei, mas pela prática, estimulada pelo diálogo, em processos de formação, em encontros e debates, em que se destaca o papel das novas tecnologias de multimídia interativas e de demais linguagens da informação e comunicação. O MEC, pelo seu compromisso atual com a EJA de qualidade e em respeito aos sujeitos desse processo, tem papel preponderante no fomento dessas urgentes mudanças.

No que se refere às novas tecnologias da informação e comunicação (TIC's) as discussões empreendidas no IV Encontro mostraram que mais que qualquer outro nível de ensino a EJA precisa se apropriar das TICs, pois sua clientela sente no cotidiano a necessidade desse aprendizado. O diagnóstico apontado foi que em algumas escolas existem tecnologias (como vídeo, máquina fotográfica, computador, retroprojetor, microscópio, calculadora e fumadora), mas, os professores, na maioria das vezes, não têm capacitação adequada para explorar as potencialidades dessas tecnologias; em outras sequer possuem telefone público e estão em total precariedade de recursos tecnológicos; e aquelas que possuem recursos tecnológicos, em geral, não dispõem de recursos para manutenção destas tecnologias e logo elas ficam sem condições de uso.

Além disso, destacou-se que a inclusão digital não se limita ao acesso às tecnologias, mas também a discussão da humanização das tecnologias, da inclusão social como mostra o Mapa de exclusão digital divulgado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia em 2003. Outro destaque foi que o trabalho de conscientização frente às TIC's, realizando na escola a leitura crítica do conteúdo e da forma como é apresentado, é fundamental à medida que a necessidade difundida na sociedade de inserir as tecnologias em nossa vida, como sinal de avanço e atualidade, não tem transcendido o caráter mercadológico e de status social, próprio da sociedade do consumo.

DESAFIOS E DIFICULDADES PRESENTES NA EJA, EM GOIÁS:

- Dificuldade na aquisição de recursos para executar ações de EJA, junto aos Governos.
- Grande rotatividade dos professores e coordenadores da EJA.
- Organização dos docentes, para estudos coletivos.
- Ausência de oportunidade de formação específica para EJA.
- As posturas docentes, determinantes no desenvolvimento pedagógico dos trabalhos, muitas vezes comprometem a qualidade pedagógica, em função da falta de interesse, de profissionalização e de compromisso ético-político do professor da EJA.
- Necessidade de cursos (para docentes e discentes), voltados para as novas tecnologias.
- Faltam maiores discussões em Fóruns, Seminários e eventos específicos sobre as causas da evasão e fechamento de turmas.
- Dificuldades dos alunos oriundos da alfabetização popular de adaptarem-se na rede regular de ensino, em função de currículos/conteúdos e metodologias que desconsideram a realidade do educando, da rigidez de horários, da cobrança de uniforme, do não acolhimento dos educandos pelos profissionais da educação, entre outros aspectos, fazendo-se necessário, à EJA do ensino formal, aproximar-se mais dos princípios e do trabalho da educação popular.
- Manter os alunos nas salas ao longo do ano letivo, trabalhando com qualidade que possibilite permanência da turma.
- Garantir a continuidade da escolarização sem cair no caráter compensatório.
- Apesar de o governo federal estar aberto à discussão das políticas públicas, falta atuação no “como efetivar essas políticas”.
- Cada município precisa destinar recursos próprios para EJA, associados aos Recursos Estaduais e Federais.
- Falta de vontade política de alguns governantes.

- O educando e demais sujeitos da comunidade escolar/sistema educativo terem clareza da importância da continuidade da escolarização e entenderem a flexibilidade que a Lei garante no que se refere à matrícula em qualquer época do ano, classificação, reclassificação, horário de entrada e número de alunos por turma, criando mecanismos para que o direito à educação e à continuidade dos estudos efetivamente ocorra.
- Alunos da alfabetização/EJA sem merenda escolar.
- Currículo desvinculado da realidade dos educandos da EJA.
- Necessidade de discussão da EJA na formação inicial e continuada.
- Necessidade de políticas públicas para a EJA.
- Presença de diferentes concepções, orientando o trabalho da EJA. Trabalhos que têm uma atuação tradicional, com tudo pronto, e trabalhos que são construídos junto com os alunos.
- Horário de planejamento na escola prioriza as questões burocráticas e informativas, em detrimento do pedagógico.
- Garantias de parcerias para desenvolvimento de projetos.
- Garantia para continuidade dos programas e projetos, enquanto políticas públicas.
- Tratamento para EJA, enquanto direito e não de caráter compensatório.
- Mudar a cultura impregnada na sociedade de haver idade máxima para ingresso na EJA.
- Baixos salários e falta de valorização profissional dos educadores da EJA.
- Superar a presença de trabalhos numa perspectiva tradicional na EJA, com tudo pronto, e caminhar rumo a trabalhos que sejam construídos com os alunos, a partir de suas realidades, proporcionando acesso a saberes sistematizados que lhes permitam conhecer e analisar criticamente estas realidades, a fim de contribuir individual e coletivamente para suas transformações.
- Falta de conhecimento das possibilidades que a Legislação oferece (financiamento, organização da EJA, avanços, etc.).
- As verbas do governo não chegam aos lugares onde se necessita delas.
- Mobilização e cobrança do poder público escolar para que ocorram políticas efetivas voltadas para EJA, atendendo aos aspectos pedagógico, financeiro, de formação e profissionalização docente para
- EJA.
- Dificuldade de articulação entre as três esferas do poder público para viabilizar o direito à EJA.
- Municípios que não desenvolvem ações de EJA.
- Falta de recursos para capacitação e formação.
- Falta de recursos tecnológicos para a prática pedagógica.
- Falta de material didático-pedagógico — aquisição, elaboração e reprodução.
- Necessidade de orientação na elaboração de projetos/programas nos municípios, para buscar recursos junto aos órgãos financiadores ou para aprovação junto aos Conselhos de Educação.
- Falta de conhecimento das fontes de financiamento.
- Falta de continuidade de escolarização no ensino fundamental, médio e superior para os jovens e adultos.
- Heterogeneidade das turmas (níveis de aprendizagem, faixa etária e sócio-econômica).
- A falta de recursos humanos e a forma de agendamentos dificultam o trabalho docente e o acesso ao uso das tecnologias.
- O professor não tem condições financeiras para adquirir novas tecnologias para seu crescimento profissional.
- Dificuldade para trabalhar de forma interdisciplinar e com as novas tecnologias, que demanda mais tempo para planejar e executar as ações.
- Dificuldade de transporte e pagamento dos professores.
- Os cursos do PROINFO ajudam, mas não resolvem para inclusão digital.
- Há muita resistência, por parte do professor, no trabalho com as tecnologias, mas isso ocorre porque ele não conhece e não sabe como utilizá-las.
- Os cursos destinados para os professores não preparam para uso das tecnologias.

PROPOSIÇÕES

- Educadores melhor engajados no processo social, histórico, pedagógico (busca, pesquisa e articulação, junto aos mecanismos de ensino-aprendizagem e avaliação) e administrativo.
- Garantia de que o financiamento da EJA, bem como a aplicação dos recursos seja de responsabilidade do poder público, nas três esferas.
- Garantia, dentro do FUNDEB, de recursos específicos para a RIA, com o mesmo percentual/aluno das demais modalidades.
- Garantir financiamento destinado à EJA nos mesmos patamares (custo/aluno) das demais modalidades de ensino.
- Maiores recursos, por parte do governo nos três níveis, destinados ao trabalho desenvolvido na EJA.
- Os recursos para tecnologias advindos das Secretarias e MEC precisam chegar diretamente para escola e serem aplicados de acordo com a necessidade e realidade de cada escola.
- Maior articulação entre os poderes públicos municipais, estadual e federal.
- Destinar as verbas dos projetos aos seus sujeitos de direito.
- Acompanhamento da utilização dos recursos.
- Criação de Fundos Municipais de Educação nos municípios, para gerir os recursos garantir que a EJA seja contemplada.
- Garantir que o art. 212, da Constituição Federal, seja executado, apresente resultados concretos e tenha indicação nos Fóruns de EJA, MEC, UNDIME para que as Secretarias de Educação tenham a gerência dos fundos municipais em suas mãos.
- O poder público, nas três esferas, deve conhecer e aplicar as bases legais no trabalho com a EJA. Avaliar e acompanhar esses trabalhos e suas parcerias.
- As escolas e o governo precisam de melhor planejamento para as ações da EJA.
- Garantia da continuidade nos Ensinos Fundamental, Médio e Superior aos alunos de EJA.
- Os projetos devem rever a questão do fechamento de turmas por causa da quantidade de alunos na sala.
- O poder público necessita emitir diretrizes, buscar parcerias, divulgar informações, a todos os envolvidos na EJA, em todos os níveis.
- Garantir Políticas públicas efetivas para a EJA e cumprimento da legislação, garantindo instalações, materiais didáticos, recursos para a formação de professores, além da organização de uma linha de formação.
- As universidades devem criar cursos de graduação para formação de educadores de EJA, inclusive para educadores populares.
- Inserção da EJA não deve ser apenas nos cursos de Pedagogia, mas abranger os demais cursos de licenciaturas.
- Criação de cursos voltados para as novas tecnologias.
- A temática da EJA deve compor, de forma cada vez mais articulada, os cursos superiores, de graduação e pós-graduação das Universidades.
- Os estágios oferecidos pelas universidades devem se voltar, também, para as turmas da EJA.
- Maior participação das universidades nos eventos que debatem a EJA.
- Contribuição das universidades com cursos, simpósios, debates e assessorias para EJA.
- As universidades devem orientar pesquisas para o desenvolvimento de um trabalho de qualidade para a EJA.
- Formação inicial e continuada que contemple as necessidades dos sujeitos, respeitando a pluralidade cultural e a diversidade: campo, negros, carcerária, outros.
- As Secretarias Municipais de Educação, em convênio com as universidades, oferecerem cursos de Pedagogia contemplando conteúdos pertinentes à EJA para garantia da formação e implementar os existentes.
- Formação, através de cursos, nos quadros das Secretarias Municipais, de pessoal para captação de recursos e montagem de projetos, bem como discussão sobre financiamento e administração pública
- — que se articulam com as questões da prática pedagógica em EJA pelas Universidades, Fórum, UNDIME, Conselhos e MEC.
- Produção de material didático específico para EJA, evitando-se a infantilização do processo.
- Contribuição das universidades na elaboração e na produção de materiais didáticos.
- Articulação efetiva para parcerias e programas dos Ministérios e Secretarias Especiais.
- Respaldo e apoio, dos governos, aos Encontros, Fóruns, Congressos Regionais e Nacionais da EJA.

- Não basta colocar computadores na escola é preciso que seu uso esteja incluído no projeto político e pedagógico da escola.
- A gestão da escola precisa reorganizar o tempo das atividades para uso das tecnologias, pois trabalhar com vídeo ou computador requer mais tempo do que apenas 45 minutos.
- As experiências exitosas voltadas para inclusão digital precisam ser divulgadas e discutidas para ampliação e aprimoramento das ações empreendidas.
- É preciso criar uma pedagogia que transgrida as formas de aprender e ensinar individualistas, limitadas aos muros da escola, que viabilize a aprendizagem coletiva em rede de saberes, dúvidas e criatividade.
- Implementação, por parte das Secretarias de Educação, das decisões tomadas pelo coletivo dos profissionais, com garantia de que as mesmas aconteçam de fato.
- As Secretarias de Educação devem assegurar os registros pedagógicos, no sentido de socialização das experiências.
- Garantia de continuidade de estudos e concepção filosófica aos alunos da EJA.
- Pautar as propostas pedagógicas dos trabalhos de EJA, numa abordagem sócio-interacionista, de formação integral do ser humano.
- Criação de Currículo para EJA, envolvendo todos os agentes da modalidade de ensino, de acordo com a realidade dos envolvidos.
- Contemplar, nas Diretrizes Curriculares da EJA, como modalidade integrante, a Educação Física.
- Que as formas de organização da EJA trabalhem juntas (AJA-Expansão, AJA e EAJA/ EJA) no sentido de fortalecer a alfabetização e continuidade da escolaridade.
- Continuidade do Fórum de EJA, como espaço de debates e amadurecimento de propostas.
- Envio, pelo Fórum, de relatórios e proposições para as Secretarias de Educação.
- O Fórum deve assegurar sempre uma melhor divulgação do Encontro.
- O MEC deve disponibilizar as informações (resoluções, projetos e propostas aos Municípios), aos gestores e demais envolvidos na EJA, sobre as ações, propostas e formas de trabalhos, desenvolvidos pelo MEC, que possam beneficiar os municípios.
- Garantir maior divulgação da EJA na Mídia.
- Exigir dos Sistemas de Ensino uma atuação mais qualificada e efetiva dos conselhos.
- Criação de Programas de Incentivo ao educador da EJA.
- Implantar os cargos profissionais: professor de apoio/dinamizador de ensino e psicólogos na EJA.
- Fomentar a cultura de que o aluno não vai aprender “apenas” ler e escrever, mas que a aprendizagem aborda diversos saberes.
- Garantir merenda escolar na EJA (específica para a clientela adulta — trabalhadores e trabalhadoras) visando a permanência do educando em sala de aula e maior qualidade da aprendizagem, tanto no ensino fundamental e médio, como na educação popular.
- Garantir a EJA no campo, nos assentamentos e nas turmas especiais como cadeias, asilos, casas de recuperação, com propostas específicas de trabalho para esses grupos.
- Garantia de acesso à EJA, aos educandos e educadores portadores de necessidades especiais.
- Garantir que os planejamentos priorizem as discussões pedagógicas.
- Criação de bibliotecas, laboratórios e outros espaços para pesquisa, com acervo para a EJA.
- Maior agilidade no trâmite dos projetos, por parte do MEC.

DEFINIÇÕES DAS TERMINOLOGIAS PERTINENTES À EDUCAÇÃO NA GRANDE GOIÂNIA:

EJA — Educação de Jovens e Adultos.

Projeto AJA — Projeto de 1a a 4a série do Ensino Fundamental para Adolescentes, Jovens e Adultos da Rede Municipal de Educação de Goiânia.

Programa AJA Expansão — Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos, da Rede Municipal de Educação de Goiânia.

EAJA — Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos.

Goiânia, 10 de maio de 2005.

Para Coordenação Geral do IV Encontro do Fórum Goiano de EJA:

Alda Maria Borges Cunha - Universidade Católica de Goiás (UCG)

Cláudio Pinto de Melo - (UEG)

Giovânia Fleury de Castro - (SESI)

Maria Emilia de Castro Rodrigues - (FE/UFG)

Nilzete Rêgo Oliveira Guimarães - (SME -Goiânia)

Para Coordenação da Comissão de relatoria:

Cláudio Pinto de Meio - (UEG)

Maria Emilia de Castro Rodrigues - (FE/UFG)